

Marcas da prosperidade

São quatro as variáveis compondo um polinômio de bases políticas e econômicas para resolver uma equação de complexas raízes ligadas ao processo de desenvolvimento do País: o saldo da balança comercial registrado no mês de abril, em valor superior a US\$ 1,286 bilhão dos maiores dos últimos doze meses; e expectativa de um crescimento acima de sete por cento a ter lugar no balanço final das atividades produtivas ao longo de 1986; o lançamento, em bases definitivas, do Plano Nacional de Irrigação em sua versão mais dinâmica, ligadas à incorporação dessa tecnologia como instrumento eficaz de superação das incertezas nas aplicações de capital no setor primário posta à disposição dos investidores institucionais e a inflação de 0,71% do mês passado.

Tais dados poderiam constituir os elementos de avaliação para dar início a um curso de desenvolvimento auto-sustentado de uma economia em expansão e com valores definitivos incorporados a um balanço de êxitos e com problemas de ajustes a exigir espaços mais definidos para uma demarcação coerente nas suas relações de causa e efeito.

Poucos se dão conta que a economia brasileira vive um dos instantes mais desafiadores da história moderna, nascido do bojo da reforma econômica, posta como resposta de bom senso contra os desatinos da hiperinflação que ameaçava o País.

Ninguém ignora o estado de excitação do processo gerador de riquezas ganhando autonomia sob a custódia de um fenômeno inflacionário orientado em seu comportamento para variações em torno de zero. Principalmente se se levar em conta as suas ânsias de expansão, decorrência imediata de um apelo de minimização de custos para maximização de resultados finais.

A expansão de resultados numa economia onde predomina o congelamento de preços e de salários deve ser acolhida como produto final de ajustes, onde a competição e o suor tomaram o lugar confortável da especulação financeira,

até há pouco fator determinante e condicionamento de montante nos posicionamentos de mercado.

O saldo da balança comercial para o mês de abril emerge de uma contabilidade de trocar em que a rubrica das importações de petróleo apresentou sensível baixa, decorrência imediata das cotações internacionais do mercado energético. De uma pauta total de US\$ 2,172 bilhões de exportações, registradas no final do primeiro quadrimestre do ano, subtraímos tão-só US\$ 886 milhões, com o petróleo representando, US\$ 139 milhões, nível mais baixo comparável ao mercado vigente em 1973, há dezesseis anos, primórdios do primeiro choque energético experimentado pelo mundo.

O segundo dado diz respeito à avaliação, já confiável, de que a economia do País vai crescer, no mínimo, sete por cento em 1986, repetindo afirmativamente os valores registrados em 1985. Não se trata de assumir posição de jactância, de ufanismo inconseqüente, fazendo convergir para o desempenho nacional as farpas das nações que mantêm posições assemelhadas ao Brasil, sem contudo avançar favoravelmente no fechamento das respectivas contas. Mal conseguem cumprir uma pauta mínima nas relações de troca, amargando os níveis de rejeição atualmente presentes no balanço comercial do mundo. Ultra-passa o Brasil mais metas de 1984 e 1985 em termos superavitários e seguramente as confirmará em 86, ao redor de US\$ 12,5 bilhões, embora haja uma rubrica a mais, incorporada à balança comercial de 1986 a importação de alimentos, destinada a equilibrar o mercado interno.

A terceira variável mencionada ainda está embutida nos planos de trabalho do Ministério da Irrigação e cuja destinação será dada a conhecer no decorrer desta semana, relativamente à incorporação da iniciativa privada no Proin, componente de fundamental importância para o êxito dessa programação governamental. O País tem consciência da orfandade a que foi relegado o capital de aluguel, vivendo, até aqui, parasita-

riamente, em condomínio com a especulação pura e simples, num proxenetismo assumido e perdidamente jogado na rubrica de lucros e perdas do endividamento público.

Boa parte desse capital pirata ficou sem patrocínio para as suas sortidas milionárias. Entre as opções de uma poupança retribuída milimetricamente em suas garantias e das aplicações de capital no mercado de ações, também evitadas de incertezas, tiveram abertas as perspectivas de investir com retornos assegurados nos projetos oferecidos pela Política Nacional de Irrigação. É certo e sabido que a terra é generosa nas suas respostas, desde que ressalvadas as interrogações penduradas nas tabelas meteorológicas. A má distribuição das chuvas, em suas precipitações, e não às suas ausências devem ser remetidas às contas de resultados das práticas agrícolas. Pois bem, a irrigação vem abolir, de forma decisiva, essa contraposição, pela garantia oferecida da quantidade certa, no momento devido, do recurso hídrico para compor o quadro de necessidades do ciclo vegetativo. A nova etapa do Proin, a ser anunciada nos próximos dias, vai abrir espaços para incorporar a migração do capital que abandonou as bancas exauridas do mercado especulativo.

A quarta e última componente está na repetição negativa da inflação nos índices de abril. Vamos ficar em 0,71 por cento. Um eco de março com marcas inconfundíveis de êxito e de afirmação do nosso povo, consolidadamente reconduzido em seu alinhamento social e econômico no grupo de países em marcha ordenada para o futuro. Estamos vivendo o privilégio de manter com sinais positivos as variáveis que respondem pelas incógnitas universais das grandes equações do desenvolvimento: o crescimento, os resultados do comércio externo, a mobilização de meios saudáveis para a produção de alimentos e a projeção final dos parciais do custo de vida. O Brasil está em alta. Está crescendo. Segue as suas vocações de grandeza.